CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

Ementa: Encaminha o anteprojeto de lei que institui o Programa de Atendimento Médico, nas creches municipais e conveniadas de São João da Boa Vista e dá outras providências.

REQUERIMENTO Nº 296/2019

REQUEIRO a Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Vanderlei Borges de Carvalho, Prefeito Municipal, o anteprojeto de lei que institui o Programa de Atendimento Médico, nas creches municipais e conveniadas de São João da Boa Vista e dá outras providências, com a seguinte redação:

ANTEPROJETO DE LEI Nº

"Institui o Programa de Atendimento Médico, nas creches municipais e conveniadas de São João da Boa Vista e dá outras providências"

- Art. 1° Fica instituído, no âmbito do Município de São João da Boa Vista, o Programa de Atendimento Médico, nas creches municipais e conveniadas, que funcionará como um sistema de prevenção de doenças infantis.
- Art. 2° Os profissionais incumbidos da consecução do Programa já deverão pertencer ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal.
- Art. 3° O Programa será desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, constituída por um médico pediatra, uma enfermeira e uma técnica em enfermagem, a qual prestará os seguintes serviços:
 - I Avaliação ponderal (peso e altura);
 - II Atualização de vacinas;
- III- Orientações preventivas (de diversas doenças) aos professores das creches, os quais poderão posteriormente repassá-las aos pais dos alunos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

- Art. 4° Os Departamentos Municipais de Educação e de Saúde atuarão em conjunto, com os recursos já previstos no orçamento municipal no sentido de proceder aos estudos necessários para a execução do Programa de que trata esta Lei.
- Art. 5° Os atendimentos deverão ocorrer mensalmente, sendo programados em datas específicas, devendo ser comunicados, com antecedência, à direção das creches a serem visitadas.

Parágrafo único - Deverão ser afixados, nos murais das creches, cartazes contendo dia e hora do atendimento.

- Art. 6° O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.
- Art. 7° As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
- Art. 8° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Agradeço a atenção e providências.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 3 de setembro de 2.019.

MARIA CÂNDIDA DE OLIVEIRA COSTA VEREADORA - PDT